

REVISTA DONNA: O TRATAMENTO JORNALÍSTICO SOBRE FEMINICÍDIO A PARTIR DA METODOLOGIA GMMP

Carina dos Reis[1]

Paula Melani Rocha[2]

RESUMO
Esta pesquisa tem como objetivo compreender o tratamento jornalístico realizado pela Revista Donna, suplemento de segmento feminino que pertence ao Grupo RBS. O corpus é composto por 15 textos publicados de 2015 até 2023 que abordam o feminicídio. Este trabalho é desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos do Projeto de Monitoramento da Mídia Global (Global Media Monitoring Project – GMMP) que investiga representações de mulheres e homens nas notícias veiculadas em diferentes mídias e países desde 1995. Por isso, optou-se em utilizar as categorias "sujeitos" e "conteúdo", baseados em indicadores propostos pelo mapeamento GMMP para análise. Como resultado, observou-se que a revista produziu textos, em sua maioria, com foco na violência contra as mulheres, nos quais o feminicídio é mencionado para contemplar as temáticas atreladas à violência.

PALAVRAS-CHAVE: Processos Jornalísticos; Jornalismo e feminicídio; Revista feminina;

A presente proposta traz parte dos resultados da pesquisa que analisou o tratamento jornalístico da Revista Donna em textos que abordam o feminicídio, publicados após a Lei nº 13.104/2015. Justifica-se a escolha da revista para observar os textos que também contemplem narrativas não factuais, contextuais e entrevistas que discorrem sobre a temática do feminicídio em um segmento feminino.

Ao analisar como a imprensa tradicional cobre feminicídios, Oliveira e Rodrigues (2021) indicam que, historicamente, reportagens *hardnews* que tratam do tema utilizam títulos nos quais as mulheres aparecem como primeiro plano, deixando o assassino ou suspeito em função secundária. As autoras também sugerem, a partir de exemplos de coberturas e de manuais, como a imprensa deveria noticiar esses casos.

Há outros elementos importantes para entender a estereotipização desse tipo de notícia em jornais tradicionais como, por exemplo, a escolha das fontes para reportar o acontecimento. A instituição policial é a principal fonte utilizada (Antunes, 2016). Conforme Prado e Sanematsu (2017), as fontes mais ouvidas são policiais e

[1] Mestre em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: carinadosreiss@gmail.com.
[2] Professora do Departamento de Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora Produtividade CNPq. E-mail:pmrocha@uepg.br

delegados, em contrapartida, na maioria dos noticiários, gestores de políticas públicas não aparecem.

A partir de uma revisão de literatura sobre a escolha de fontes em relatos jornalísticos sobre feminicídio, Silva et al (2024) elucidam que há um condicionamento no tratamento jornalístico de crimes de feminicídio devido ao uso dessa fonte como central, bem como a "possibilidade de inscrever sua narrativa no quadro mais amplo da violência de gênero e da cultura machista, patriarcal e misógina que a fundamenta" (Silva et al., 2024, p. 65). Por isso, se faz necessário haver mais discussões sobre diferentes formatos do jornalismo que atravessa questões de gênero.

Outra preocupação apresentada por esses estudos é referente aos veículos não reportarem os casos de feminicídio como um problema social de violência de gênero, mas sim descrever como tragédias consideradas imprevisíveis, episódicas ou fatos vistos como extraordinários e isolados que devem ser noticiados (Antunes, 2016). Aqui, interpreta-se o feminicídio como um tema de relevância social que precisa ser noticiado pelo jornalismo não como algo imprevisível, mas como possível de ser evitado.

Além disso, esta pesquisa contou com uma pergunta que permeou o desenvolvimento do trabalho e, assim, foram elaborados o problema e objetivos para o a realização da dissertação defendida no Mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). De que maneira ou até que ponto é possível produzir conteúdos que tratam do feminicídio como um problema social sem trazer manchetes que explorem a vítima como sujeito da notícia?

Em outubro de 2024, entrou em vigor a Lei nº 14.994, que eleva para 40 anos a pena para o crime de feminicídio, sendo maior do que a incidente sobre o crime de homicídio qualificado (12 a 30 anos de reclusão). Esta é a maior pena prevista no Código Penal. As penas para crimes cometidos em contextos de violência contra as mulheres, como lesão corporal, descumprimento de medidas protetivas (Lei Maria da Penha), injúria, calúnia e difamação também foram aumentadas. Na prática, a nova lei torna o feminicídio um tipo penal independente, passando a ter um artigo específico. Ou seja, há novos agravantes que podem aumentar a pena.

Tipificar o feminicídio permite que haja um aprimoramento das políticas públicas para efervescer um movimento preventivo e de seguridade às mulheres. A impunidade e a relativização do crime, muitas vezes, são reflexos da dominação

patriarcal, pois entende-se que o feminicídio é a última instância de controle - vida e morte - realizada pelo homem contra a mulher. De acordo com as Diretrizes Nacionais sobre Feminicídio, elaborada no ano de 2016, as origens desse tipo de violência podem surgir: do sentimento de posse do homem sobre a mulher; controle sobre o corpo, desejo e autonomia da mulher; da limitação da emancipação profissional, econômica, social ou intelectual feminina; tratamento da mulher como objeto sexual; manifestações de ódio e desprezo pela condição gênero.

Para isso, cumpre-se o papel de informar o público sobre a dimensão social que o problema acarreta, as maneiras de proteção às mulheres, a necessidade do cumprimento da aplicabilidade da Lei do Feminicídio e leis semelhantes que tratam da proteção das mulheres e penalizações dos crimes, além de combater a naturalização da violência contra as mulheres.

No sentido de compreender o tratamento jornalístico da Revista Donna sobre o tema, optou-se pelo uso das técnicas metodológicas do Projeto Global de Monitoramento de Mídia (GMMP), o qual permite adaptar perguntas e categorias para compreender as representações de mulheres e homens em diferentes formatos de mídia. A proposta do GMMP é avaliar criticamente o jornalismo em diferentes meios através de critérios qualitativos e quantitativos para análise das notícias. Conforme Lago et al. (2020), essas técnicas permitem uma compreensão sobre: a importância e a amplitude da notícia; a relação com questões de gênero; o gênero de jornalistas e profissionais envolvidos na produção da notícia; e quem são as pessoas que aparecem nas notícias, a partir de informações referentes ao sexo, idade, ocupação/cargo e a função que desempenham na notícia. Também há perguntas sobre características gerais e específicas da notícia, como tema, abrangência e veículo de publicação. Para Gallo (2024), desta maneira, é possível produzir comparativos históricos de análise para compreender se houve alterações nos modos de representação e produção da mídia.

Ao propor uma análise do tratamento jornalístico da Revista Donna sobre o feminicídio, é notável que o suplemento feminino continua com elementos do fazer jornalístico para esta área segmentada mesmo em um ambiente digital. Os textos jornalísticos da revista que tratam do feminicídio são, em suma, textos contextuais relacionados à violência contra as mulheres. Ou seja, a Revista Donna dimensiona o feminicídio como problema social quando incorpora dados referentes a este tipo de

crime e coloca que esta é a última etapa de um ciclo de violência. Por isso, os textos jornalísticos característicos da notícia carregam tons de discussão sobre medidas para coibir os índices da violência.

Compreender como a Revista Donna, que é suplemento de um tradicional grupo de mídia do Rio Grande do Sul, trabalha o tratamento jornalístico acerca do feminicídio para seu público (feminino, segmentado e de nicho) foi importante para identificar as pautas voltadas ao tema. Pela perspectiva dos estudos de gênero, entende-se que pautas voltadas às mulheres normalmente circulam em veículos tradicionais de forma pontuada e enviesada.

Para agregar essas discussões, buscou-se analisar como a revista feminina trata textos que abordam o feminicídio, um problema social grave que persiste em nossa sociedade. A partir da codificação dos quadros de sujeito e conteúdo do GMMP, notou-se que o suplemento utiliza as características dos textos de revista feminina explorando formas de tratamento de aproximação com a(s) leitora(s), verbos no imperativo explorando dicas, conselhos e alertas relacionados ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Além disso, é possível entender que jornalismo qualifica e hierarquiza as possibilidades de representação de uma realidade, aqui do feminícidio, pois é visto como um construtor social.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANTUNES, E. (2016). Na cena da notícia: vestígios do jornalismo no assassinato de mulheres. In: Martins, M. L.; Correia, M. DA L.; Vaz, P. B.; Antunes, E. (Eds.). Figurações da morte nos media e na cultura: entre o estranho e o familiar. (pp. 49–69). Braga: CECS/UMINHO.

GALLO, Janaina Soares. Mídia, gênero e direitos humanos: uma análise a partir da metodologia GMMP. 2024. (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2024.

GMMP. Histórico GMMP. Disponível em <https://whomakesthenews.org/gmmp-background/> Acesso em: 02 out. 2024.



LAGO, CLÁUDIA; NONATO, C. ; CANJANI, E. ; BERGO, I. . A pandemia não tem rosto de mulher. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, v. 19, p. 95-107, 2020.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). Feminicídio: #invisibilidademata. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017. 183 p. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Feminicidio_InvisibilidadeMata.pdf> Acesso em: 11 ago. 2024.

SILVA, Terezinha et al. Vítimas de feminicídios na cobertura jornalística da rede NSC: perfis e visibilidade midiática. In: ANAIS DO 20º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2022, Fortaleza. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/vitimas-de-feminicidios-na-cobertura-jornalistica-da-rede-nsc-perfis-e-visibilid?lang=pt-br> . Acesso em: 05 mar. 2024.